

EDICAO N°
236

12 de Julho de 2021

CTA NEWSLETTER

Director: Eduardo Sengo | **Editor:** Xadrique Gomes | **Maquetizador:** Abílio Armando**Sede:** Av. Patrice Lumumba, 927 - Bairro Central - Maputo | www.cta.org.mz**Email:** ctanewsletter@cta.org.mz | **Tel:** (+258) 21 32 10 02 | (+258) 823 191 300**RETOMA DAS NEGOCIAÇÕES DE SALÁRIO MÍNIMO:**

CCT apela à calma e harmonia na busca de consensos

Pag. 2



CTA e FMI avaliam o impacto da suspensão do Standard Bank no Mercado Cambial

Pag. 3



Cerca de 250 mil trabalhadores em imunização no âmbito da iniciativa do sector privado UNIVAX

Pag. 4



BALANÇO DO PELOURO DE CONSTRUÇÃO CIVIL E IMOBILIÁRIA:

Pelouro interveio sobre a má actuação das autoridades em relação à circulação de cargas e máquinas nas estradas com destino às obras

Pag. 4



CTA e Instituto Camões assinam Memorando para implementação do Projecto +Emprego em Cabo Delgado

Pag. 7

RETOMA DAS NEGOCIAÇÕES DE SALÁRIO MÍNIMO:

CCT apela à calma e harmonia na busca de consensos

A Comissão Consultiva de Trabalho (CCT), que integra o Governo, Empregadores e Sindicato dos Trabalhadores, decidiu na última quarta-feira, 30 de Junho, pela retoma das negociações de reajuste do salário mínimo nacional, processo interrompido em Abril de 2020 por decisão deste órgão, devido às condições sócio-económicas pouco favoráveis que caracterizam o ano e que afectam significativamente as actividades das empresas.

O anseio da CCT é que este processo negocial decorra num ambiente de paz e harmonia e esteja assente numa reflexão colectiva sobre os fundamentos económicos e as condições existentes para a determinação do reajuste salarial em cada um dos sectores.

As partes reconheceram existir condições de realização de encontros sectoriais para o debate em torno dos dados apresentados sobre o desempenho de cada sector de actividade e busca de consensos olhando para a necessidade de se assegurar os postos de trabalho.

Por parte do sector privado, os grupos de negociações já foram criados, cobrindo os seguintes sectores de actividade:



- **Sector 1** – Agricultura, Pecuária, Caça e Silvicultura;
- **Sector 2** – Pescas;
- **Sector 3** – Indústria de Extração Mineira (Grandes Empresas,
- **Sector 4** – Indústria Transformadora, incluindo Panificadora;
- **Sector 5** – Produção e
- **Sector 6** – Construção;
- **Sector 7** – Actividades dos Serviços não Financeiros;
- **Sector 8** – Actividades Financeiras (Bancos, Seguradoras e outras entidades de intermediação financeira)



Primeiro encontro dos grupos sectoriais do sector privado para negociações do salário mínimo

CTA e FMI avaliam o impacto da suspensão do Standard Bank no Mercado Cambial

A CTA e o Fundo Monetário Internacional (FMI) mantiveram um encontro na última quinta-feira, para avaliar o impacto da suspensão do Standard Bank Moçambique SA, de participar de todas as actividades do Mercado Cambial Interbancário.



Agostinho Vuma, Presidente da CTA

A decisão do Banco de Moçambique tem criado incertezas e especulações a nível do tecido empresarial e bancário, devido a dimensão do Standard Bank no mercado nacional e a mesma encontrou os agentes económicos desprevenidos, visto que não se tomou conhecimento de nenhum aviso prévio ou de alguma infração que o Standard Bank teria cometido.

A CTA partilhou com o FMI esta preocupação e a informação sobre o inquérito dirigido às empresas clientes do Standard Bank, instituição financeira com maior quota de depósitos em moeda externa no sistema financeiro moçambicano. Muitas grandes empresas usam este banco para a realização das suas transações internacionais, estimando-se que cerca de 45% do volume de importações mensais totais do país são feitas através do Standard Bank.

Os resultados preliminares do inquérito conduzido pela CTA indicam que as empresas que realizam transações em moeda externa (incluindo importações,

exportações, recebimentos e/ou pagamentos em moeda externa) têm vindo a se ressentir dos impactos desta suspensão do Standard Bank, devido ao

atraso nas transações, custos financeiros e congelamento de pagamentos e recebimentos.



Alexis Meyer-Cirkel, Representante Residente do FMI

Cerca de 250 mil trabalhadores em imunização no âmbito da iniciativa do sector privado UNIVAX

Cerca de 250 mil pessoas, na sua maioria colaboradores de empresas privadas, estão em processo de imunização contra o novo coronavírus, após a chegada, semana passada, de 500 mil doses de vacina, no âmbito da iniciativa do sector privado UNIVAX.

As 500 mil doses de vacina contra COVID-19 foram adquiridas por cerca de 300 empresas privadas, para imunização dos seus colaboradores e familiares. Desta quantidade, 139 doses foram doadas ao Ministério da Saúde.

“É com muito orgulho que vemos hoje concluído este processo, que durou quase três meses, e que culmina com a chegada de 500 mil doses de vacina contra a COVID-19”, referiu Osório



Lucas, representante do sector privado, durante a cerimónia de recepção das vacinas no Aeroporto Internacional de Maputo.

O Ministro da Saúde, Armindo Tiago, agradeceu o gesto do sector privado, indicando que o mesmo irá acelerar o plano de vacinação contra a COVID-19 no país, num período em que Moçambique está a registar um aumento de casos, internamentos e óbitos.

BALANÇO DO PELOURO DE CONSTRUÇÃO CIVIL E IMOBILIÁRIA:

Pelouro interveio sobre a má actuação das autoridades em relação à circulação de cargas e máquinas nas estradas com destino às obras

O Pelouro de Construção Civil e Imobiliária na CTA faz um balanço positivo dos primeiros meses deste mandato, destacando, entre as realizações, a intervenção do Pelouro sobre a má actuação, sobretudo da Polícia de Trânsito, em relação à circulação de cargas e máquinas pesadas nas estradas com destino às obras. A actuação das autoridades viola o Regulamento que Fixa as Condições para a Concessão das Autorizações Especiais de Trânsito de Veículos Automóveis e Reboques com Excesso de Peso ou Dimensões. Da Matriz do Pelouro constam, entre outros pontos, a ausência de protecção das empresas (empreiteiros) nacionais, a circulação no mercado de material de péssima qualidade, a especulação de preços dos materiais de construção e necessidade de inclusão de Carta Abonatória nos Concursos Públicos. Siga a entrevista com Mário Amaral, Presidente do Pelouro de Construção Civil e Imobiliária - CTA.

Qual é o balanço que faz dos primeiros 100 dias de liderança do Pelouro dos Transportes?

Consideramos positivo o balanço dos primeiros 100 dias da nossa liderança no Pelouro, tendo em conta as circunstâncias em que nos encontramos, aliadas ao momento atípico devido aos impactos negativos da COVID-19 e outras adversidades, e

termos conseguido intervir para salvar a actividade das empresas. Após a nossa tomada de posse, realizamos uma sessão de passagem de pastas da antiga para a nova liderança do Pelouro e neste processo houve um mecanismo de indução, sobre os pontos da matriz, e o ponto de situação. Recebemos um documento ilustrativo do que foi feito e do que ficou por fazer. Tendo em conta a nova designação do Pelouro, que passou a integrar o subsector de imobiliária, tivemos que integrar novos membros, passando o pelouro a ser constituído dos empreiteiros, consultores e agora por elementos ligados a área imobiliária.



Desenhámos uma metodologia de trabalho, em que cada subsector apresenta as suas preocupações, com envolvimento das províncias. Acreditamos que esta metodologia irá permitir melhor desempenho do pelouro.

Quais são as principais realizações neste período?

Pela sua natureza, o sector de construção civil e imobiliária é dos mais dinâmicos da nossa economia e esta situação fez com que neste período houvesse muitas alterações, legais e/ou procedimentais, que tiveram uma influência significativa nas actividades das empresas.

Nesta perspectiva, e visando minorar os efeitos negativos das alterações acima referidas, o Pelouro teve várias actuações directas e indirectas, as quais podemos destacar as seguintes:

1. Revogação do Despacho Administrativo de 22 de Março de 2012, que autorizava a circulação no período diurno de camiões de carga de materiais especiais (exemplo: pilverulentos, inertes e betão), com peso bruto superior a 16.000kg, no Município de Maputo.

Relativamente a esta matéria, o Pelouro de Construção Civil e Imobiliária juntamente com o Pelouro de Transportes, vendo-se prejudicados, intercederam junto do Conselho Municipal a fim de perceber o objectivo desta nova medida, que incrementou significativamente os custos de operação das empresas. A esse propósito, o Pelouro reuniu-se com a Vereação de Transportes do Conselho Municipal de Maputo, tendo inclusivamente, enviado uma carta ao Presidente do Conselho Municipal, devidamente fundamentada, demonstrando os impactos negativos da medida para o sector privado, e solicitando a sua imediata suspensão. Não tendo havido uma resposta favorável do Presidente do Conselho Municipal, o Pelouro voltou a escrever e enviar outra carta para o Presidente

da Assembleia Municipal, a solicitar a revisão da medida.

Embora não tenhamos tido uma resposta formal do Conselho Municipal, ficamos relativamente satisfeitos, pois tomamos conhecimento que o Conselho Municipal lançou o processo de revisão da Postura de Trânsito, onde acreditamos que as opiniões do sector privado serão ouvidas.



2. Em face da entrada em vigor do Decreto n.º 114/2020, de 31 de Dezembro, que aprova o Regulamento de Custas da Jurisdição Administrativa, o Pelouro desencadeou mecanismos no sentido de solicitar a revogação desta Decreto. Embora esta questão afecte outros sectores, mas as empresas de construção civil são as mais afectadas. Foram enviadas cartas ao Primeiro-Ministro, com conhecimento do MEF, MIC, MJACR e TA, com toda a fundamentação a solicitar a revogação do Decreto n.º 114/2020, de 31 de Dezembro ou, alternativamente, a revisão das disposições que se referem ao aumento das taxas emolumentares em concursos visados pelo TA.

3. Na sequência das reclamações recebidas, relativamente a má actuação das autoridades envolvidas no processo de autorização de circulação de cargas ou máquinas pesadas, o Pelouro reuniu-se com a ANE, para busca de esclarecimentos no âmbito da interpretação do Regulamento que

Fixa as Condições para a Concessão das Autorizações Especiais de Trânsito de Veículos Automóveis e Reboques com Excesso de Peso ou Dimensões, aprovado pelo Diploma Ministerial n.º 30/2018, de 15 de Março.

No encontro, ficou clara existência de má actuação sobretudo por parte da Polícia de Trânsito,

tendo a ANE se comprometido a articular com todas as entidades, incluindo a Polícia, no sentido de se harmonizar a forma de actuação e que as autoridades devem se conformarem com a Lei.

4. A realização de um encontro com um grupo empresarial italiano, Manni Group Tecchi, que apresentou de forma holística a sua linha de actuação, no desenvolvimento de soluções relacionadas com a construção civil, bem como a sua intenção de criar parcerias com empresas de construção civil em Moçambique.

Como é que o sector está a reagir aos impactos da COVID-19?

Desde a eclosão da pandemia da COVID-19, o sector empresarial moçambicano tem vindo a registar prejuízos avultados devido,

essencialmente, aos constrangimentos que esta pandemia impõe a este sector em termos de acesso ao mercado, aumento dos custos de produção e deterioração do ambiente macroeconómico.

Olhando, particularmente, para o sector de construção civil, é preciso ter presente que este sector já vinha se recentindo dos efeitos da crise que o país vinha vivendo, o que contribui bastante para a diminuição das contratações do Estado.

Portanto, a COVID-19 e os seus efeitos, decorrentes das restrições a ela relacionadas, contribuíram a suspensão de contratos com os trabalhadores e para o encerramento de muitas empresas, facto que veio a ser agravado pela demora de pagamento das facturas devidas pelo Estado às empresas deste sector. Se as facturas fossem pagas iria ajudar as empresas no cumprimento das suas obrigações fiscais e com os salários e/ou indemnizações dos trabalhadores.

Qual é o ponto de situação da Matriz no âmbito do DPP?

Dada a natureza do nosso sector, no processo de levantamento de preocupações para a matriz, envolvemos as Associações Provinciais de Empreiteiros através da FME, as Associações dos Consultores, bem como das Empresas de Imobiliária.

Como resultado desse processo, o Pelouro recebeu vinte e cinco propostas, tendo, após a análise das mesmas em sessão própria, sido aprovado um total de oito pontos a serem incorporados na matriz.

Dos principais pontos, tenho a destacar:

Ausência de protecção das empresas nacionais (empreiteiros).

Aqui defendemos a necessidade de garantir a inclusão de empresas nacionais nos mega-projectos através, a título exemplificativo, de subcontratações. Em obras de financiamento externo, deve-se garantir a inclusão de pelo menos 20% das empresas nacionais.

Circulação no mercado de material de péssima qualidade.

A circulação de material de péssima qualidade no mercado, vendido a preços muito baixos influencia na qualidade das obras. Mas isto está também ligado à falta de especificações de materiais nos cadernos de encargos e tendo em conta o critério de menor preço, alguns empreiteiros acabam optando por materiais de baixa qualidade. Mas se houver obrigatoriedade de especificação dos materiais nos cadernos de encargos, esta situação pode ser colmatada. O que acontece é que as UGEAS, que lançam os concursos públicos, não têm domínio da matéria de construção e por isso não têm capacidade para indicar as especificações nos cadernos de encargos. A nossa proposta é que a gestão financeira pode ficar com cada entidade dona da empreitada, mas a parte técnica, que tem a ver com cadernos de encargos, que seja entregue ao Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, que tem técnicos com capacidade para essas matérias. Este é um grande desafio.

Especulação de preços dos materiais de construção.

Aqui, julgamos que há necessidade de divulgação periódica, por parte do MOPHRH, do índice dos preços de materiais de construção e provação de uma tabela de preços.

Inclusão de Carta Abonatória nos Concursos Públicos.

Defendemos a inclusão de Carta Abonatória nos Concursos Públicos, que, dentre outros benefícios, vai permitir que haja um banco de dados dos empreiteiros, quer dos que cumprem e dos que não cumprem com as suas obrigações.

Escolta policial de máquinas pesadas.

Propõe-se a revisão da legislação e/ou dos procedimentos relativos ao transporte de máquinas pesadas, no caso, o Regulamento que Fixa as Condições para a Concessão das Autorizações Especiais de Trânsito de Veículos Automóveis e Reboques com Excesso de Peso ou Dimensões, aprovado pelo



Mário Amaral, Presidente do Pelouro de Construção Civil e Imobiliária - CTA

Diploma Ministerial n.º 30/2018, de 15 de Março, visando tornar o processo de autorização mais flexível e claro, o que poderá contribuir para evitar situações de má actuação das autoridades.

Exposição e julgamento dos empreiteiros em órgãos de comunicação social.

Aqui, estamos contra a exposição dos empreiteiros em caso de alguma infracção. Propõe-se a criação de comissões de trabalho, para avaliar a real situação da infracção, eventualmente, cometida pelo empreiteiro, tendo em conta que todas as pessoas gozam de presunção de inocência.



CTA prepara Matriz com preocupações e propostas de soluções para os raptos

A CTA, através do Pelouro de Segurança e Proteção Privada, está a preparar uma Matriz, a ser submetida ao Governo, com preocupações do Sector Privado e propostas de soluções para o fenómeno dos raptos, cujas vítimas são empresários e seus familiares.

A Matriz é fruto do webinar de auscultação dos empresários sobre o fenómeno dos raptos, promovido pelo Pelouro de Segurança e Proteção Privada da CTA, no mês de Abril deste ano.

Durante o webinar, os empresários mostraram-se preocupados com o fenómeno e pelo facto de as autoridades não terem ainda apresentado nenhuma estratégia para a eliminação deste crime, que cria um clima de insegurança e retrai o investimento, não só internacional, como também o nacional.

Na sequência deste fenómeno, muitos empresários decidiram abandonar o País, causando o aumento de desemprego e outros efeitos colaterais, tais como o aumento do índice de



criminalidade, crescimento da economia informal e impacto directo na redução do pagamento de impostos.

Pelos factos expostos, o empresariado defende urgência no desenho e implementação de uma estratégia

conjunta, entre o Sector Privado e as Autoridades, com vista ao alcance de soluções concretas para a eliminação do fenómeno dos raptos.

Entre as medidas apontadas pelos participantes do webinar, destaca-se a necessidade de se exigir das autoridades (Ministério do Interior) uma investigação mais séria e célere e com resultados tangíveis; as autoridades devem partilhar com o Sector Privado a estratégia usada, em concreto, para minimizar o fenómeno dos raptos e deve se auscultar o MINT com vista a identificar os apoios que o Governo necessita para identificar os agentes deste crime; Identificação dos países que já se lideram com este fenómeno, com vista a obter experiências na

busca de soluções; Os bancos devem ter mecanismos de controlo sobre as informações e saldos dos seus clientes, porque, estranhamente, os extratos de contas bancárias aparecem a público e nas mãos dos raptos, com claro envolvimento directo dos bancários, que partilham ou vendem estas informações sigilosas aos criminosos; o MINT e INTERPOL e a congénere sul-africana devem ter um protocolo de cooperação, pois a África do Sul é o local de preferência para os raptos se refugiarem e inclusive para gastar o dinheiro; Propor mudanças profundas ao quadro legal, com medidas muito mais contundentes que as atuais.

CTA e Instituto Camões assinam Memorando para implementação do Projecto +Emprego em Cabo Delgado

A CTA e Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. assinaram nesta terça-feira, 6 de Julho, um Memorando de Entendimento para a implementação do Projecto +Emprego, uma parceria público-privada, financiado pelo 11.º Fundo Europeu para o Desenvolvimento, com o objectivo de aumentar as oportunidades económicas da população de Cabo Delgado, em particular jovem, contribuindo para a melhoria do acesso ao trabalho decente e do rendimento em actividades directa ou indirectamente relacionadas com a indústria do gás natural.

No âmbito da implementação do Projecto, compete à CTA desenvolver acções nos domínios do apoio à certificação e qualidade das PME's e da promoção das parcerias público-privadas, nomeadamente através da elaboração e acompanhamento de Planos de Negócio e de Marketing dos operadores de formação e educação profissional e ainda do apoio ao emprego jovem através de estágios nas PME's e da criação de negócios.

Para a CTA, esta iniciativa é lançada num momento oportuno, a qual irá responder a um dos principais desafios que Moçambique enfrenta que é a



criação de empregos, especialmente para os jovens, numa altura que os principais geradores de emprego, as PME's, se debatem com os efeitos da COVID-19.

Estes desafios ainda são mais pronunciados quando o Projecto é focalizado à Província de Cabo Delgado, principalmente devido

aos impactos negativos dos ataques terroristas sobre a actividade económica e consequentemente na capacidade de geração de emprego para jovens. Um estudo da CTA sobre o impacto dos ataques terroristas no tecido empresarial indica que cerca de 56 mil postos de trabalho directos e indirectos foram afectados.

Portanto, é neste contexto que reside a singularidade do Projecto +Emprego, que está alinhado com o Plano Estratégico da CTA, que dentre outros objectivos visa o aumento da competitividade do sector privado nacional.

PARTICIPAÇÃO DE MOÇAMBIQUE NA EXPO 2020 DUBAI:

Oportunidade para atrair investimento e relançar o comércio externo

Com o objectivo de informar à comunidade empresarial sobre a realização da EXPO 2020 DUBAI, evento a ter lugar de 01 de Outubro de 2021 a 31 de Março de 2022, em Dubai, nos Emiratos Árabes Unidos, a CTA, através do Pelouro de Cooperação Internacional, o Comissariado Geral para a EXPO 2020 Dubai, e a Câmara de Dubai organizaram, semana passada, um webinar.



Noor Momade, Presidente do Pelouro de Cooperação Internacional na CTA

A EXPO DUBAI é o maior evento de negócios a nível mundial e, para esta edição já está confirmada a presença de mais de 190 países, incluindo Moçambique, que quer fazer deste evento uma verdadeira mostra do que do melhor Moçambique tem a oferecer para investidores estrangeiros.

“É nossa intenção que num contexto em que há redução do investimento externo assim como do comércio devido a pandemia da COVID-19, esta plataforma seja um trampolim para atrair mais fluxos de investimento directo estrangeiro para o País e relançar o comércio externo, estabelecimento de parcerias bem assim troca de experiências”, referiu Noor Momade,

Presidente do Pelouro de Cooperação Internacional na CTA, tendo exortado o empresariado moçambicano a tirar o maior benefício desta oportunidade ímpar para *showcase* da marca

“Moçambique” e estabelecimento de parcerias.

A nível da CTA, esta actividade se insere no quadro das acções que o Pelouro de Cooperação Internacional

tem levado a cabo, visando a promoção e aprofundamento de parcerias económicas e empresariais entre Moçambique e o resto do mundo.

Durante os seis meses da realização da EXPO, haverá semanas temáticas e diversos fóruns de negócio e Moçambique já tem um programa traçado e o pavilhão já quase pronto, faltando apenas aspectos decorativos.

“Tratando-se da primeira edição de uma EXPO que decorre na região do Médio Oriente, a nível do sector privado, julgamos que este evento pode ser uma excelente oportunidade para expormos as abundantes potencialidades que o País detém principalmente no sector da Agricultura, do Turismo, de Energia, só para citar alguns”, frisou Noor Momade.



DEP Gaza introduz pelouro da Saúde

A Delegação Empresarial Provincial de Gaza acaba de introduzir o pelouro da Saúde, passando para oito o número de pelouros envolvidos no DPP, nomeadamente pelouros do Agronegócios e Pescas, dos recursos Minerais e Energia, de Transportes e Comunicação, de Construção Civil, de Trabalho, da Indústria e Comércio, de Turismo, de Serviços da Mulher Empreendedora e de Saúde.



A actualização dos pelouros foi anunciada na última quinta-feira, 08 de Julho, num encontro de preparação da cerimónia de tomada de posse dos

líderes dos pelouros, a ter lugar na próxima quarta-feira, 14 de Julho.

Segundo Julião Chemane, Gestor da DEP Gaza, estes pelouros se adequam

à nova realidade e dinâmica que a Província encara e os pelouros devem procurar responder as preocupações dos empresários, advogando pela remoção

das barreiras que minam o ambiente de negócios em Gaza e não só.





Mantenha o seu local de trabalho saudável

Considerando o atual estado de emergência de Saúde Pública, declarado por Sua Excelência o Presidente da República de Moçambique, Filipe Jacinto Nyusi, e atendendo às mais recentes evoluções no mundo e em particular na África Austral da propagação da infecção por doença respiratória causada pelo agente COVID-19, cujo impacto negativo começa a ser notório nas empresas, a CTA, como Entidade de Utilidade Pública, partilha as medidas de prevenção que devem ser observadas desde a saída de casa até ao local de trabalho e vice-versa.



A caminho do escritório

Tente dirigir ou andar sozinho. No caso de necessidade de transporte público, tome todas as providências necessárias, como o uso de máscara e evitar contacto com os outros passageiros;



Antes de entrar no escritório

Para o bem da sua saúde e segurança dos demais colegas, desinfetar as mãos na entrada.

As empresas são convidadas a disponibilizar produtos de desinfecção na entrada.

Meça a temperatura do corpo antes de entrar no escritório. Se exceder os 37,3 graus, não entre e notifique o chefe do departamento e o departamento dos Recursos Humanos pela primeira vez, e coopere com a equipa de controlo de epidemias para realizar inspeções de isolamento relacionadas.



Dentro do escritório

O escritório deve ser mantido limpo e ventilado pelo menos 3 vezes ao dia por 20 a 30 minutos cada vez. Mantenha aquecido durante a ventilação. Mantenha-se afastado um do outro por pelo menos 1 metro, e evite o contato próximo e a discussão de questões. Lave as mãos frequentemente e adequadamente e beba muita água. Ao receber estrangeiros, verifique se ambas as partes usam máscaras.



Fazer exercício no local de trabalho

Mantenha actividades moderadas, como exercícios de descanso pessoal. Ao mesmo tempo, evite o declínio da imunidade do corpo causado por exercícios excessivos e pesados.



Desinfetar áreas públicas

A empresa deverá desinfetar espaços públicos, como corredores, elevadores, salas de reuniões, salão de chá, lavatório, etc. todos os dias. É melhor pulverizar a desinfecção e separar os instrumentos de limpeza, pois cada área deve ser evitada para misturar-se.



Pela Melhoria do Ambiente de Negócios!



Adoptar normas de Saneamento

Todos os trabalhadores devem manter uma distância segura de mais de 1 metro um do outro. Coloque as luvas descartáveis usadas em uma lixeira médica após o trabalho. Os guardas de segurança devem usar máscaras adequadamente, consultar e registrar os visitantes com cuidado, além de relatar as suspeitas a tempo.



Visita de negócios

Ao entrar no prédio / escritório, precisa cooperar com a equipa para medir a temperatura.



Documentos

Priorizar os meios electrónicos para circulação de documentos, opte pela circulação física só em casos essenciais. Lave as mãos antes e depois da circulação de documentos em papel, e mantenha uma distância adequada.



Desinfetar o telefone

Limpe o telefone de mesa com álcool duas vezes ao dia (uma vez antes do trabalho e outra depois do trabalho). Se usa com frequência, pode limpá-lo várias vezes.



Desinfetar o ar condicionado

1 - Quando a unidade de ventilação do sistema central de ar condicionado estiver em uso normal, desinfete as saídas de ar / retorno de ar regularmente.

2. Quando o sistema de ar fresco do ar condicionado central estiver em uso normal, se ocorrer uma situação epidémica, não pare a operação do ventilador. O tubo do ramo de exaustão deve ser fechado após as pessoas terem evacuado. E o sistema de exaustão de ar fresco deve ser fechado e desinfetado depois de funcionar por um período de tempo.

3. Todo o sistema de ar com ar de retorno deve estar completamente fechado para garantir a operação de ar fresco do sistema.



Como descartar artigos de protecção?

Os artigos de protecção, como máscaras e luvas descartáveis, devem ser colocados em uma lixeira médica com tampa. A lixeira deve ser desinfetada com álcool duas vezes ao dia.



Nº	REFORMAS	OBJECTIVO	PONTO DE SITUAÇÃO
1	Rever o Regime Fiscal (upcr@cta.org.mz)	Simplificar e reduzir a carga tributária na actividade económica	Reforma a ser delimitada ao nível da UIR. CTA está a preparar o documento de fundamentação da revisão da aplicabilidade de taxas. Paralelamente foram solicitadas as preocupações do Sector Privado e submentida um estudo sobre a carga Tributaria tendo o MEF ficado de dar feedback (facto que não aconteceu até a data).
		Reduzir a Taxa do IRPC para no Sector da Agricultura e Pecuária	O MEF continua aguardar o parecer da AT sobre a aplicabilidade da redução. O MEF salientou que seria preciso realizar um estudo de como essa reposição poderia acontecer tendo em conta os diversos tipos de exploração agrícola (tradicional, comercial de pequena escala e grandes explorações agrícolas). Foi acordado que esta tarefa deveria ser realizado em coordenação com o Ministério da Agricultura para apurar os avanços realizados nesse sentido e qual é o seu posicionamento sobre esse assunto.
		Rever o pacote fiscal na aviação civil (IVA 17%) e taxas aduaneiras de importação de aeronaves e sobressalentes.	Submetidos a AT dados de importação de Aeronaves, recebidos do IACM, de modo a avaliar-se e projectar o impacto, quer no desempenho do sector, quanto no orçamento do Estado, e outras variáveis macroeconómicas. Aguarda-se pronunciamento da AT
		Rever a taxa do ICE sobre bens produzidos com matéria-prima locais e outros considerados não supérfluos.	•ICE sobre bens produzidos com matéria prima local: realização de um estudo sobre incentivos ao sector industrial que já havia sido iniciado pela DNI. A CTA esta colher contribuições de propostas de alteração/inclusão no código do ICE e a respectiva fundamentação. •ICE para produtos considerados não supérfluos, lista ainda esta a ser revista.
		Rever os códigos do IVA e a Pauta Aduaneira	Em curso a globalização e harmonização das contribuições do Sector Privado sobre as materias que devem ser revistas no CIVA e Pauta Aduaneira.
2	Aprovar a legislação sobre unificação dos licenciamentos. (rmondlane@cta.org.mz, upcr@cta.org.mz)	1. Definir taxa fixa sobre os licenciamentos 2. Operacionalizar a simplificação e unificação dos licenciamentos 3. Converter todas taxas num único pagamento	Criado o subgrupo para esta matéria dentro da UIR do MIC, a CTA incluiu esta reforma no documento de proposta de quick wins a serem implementados que poderão melhorar a nossa posição do DB, com a devida fundamentação.
3	Rever globalmente o Código Comercial cpinto@cta.org.mz, upcr@cta.org.mz)	Adequar o Código Comercial a actual conjuntura económica para simplificar e desburocratizar procedimentos no registo das sociedades comerciais	Submetida a proposta de Autorização legislativa à Assembleia da República.
		Rever o Estatuto das MPMEs (Harmonização).	Será incorporado no Código Comercial em revisão
4	Rever a Lei Cambial, Lei 11/2009 de 11 de Março (emboana@cta.org.mz, upcr@cta.org.mz)	Adequar a lei a realidade actual da economia moçambicana	O sector Privado enviou as contribuições ao Banco de Moçambique com propostas de materias que devem ser revistas, ou melhoradas na Lei Cambial. O Banco de Moçambique comprometeu-se em envia-nosr a Proposta de Lei Cambial nos próximos dias.
5	Regulamentar Contratos de Fomento Agrícola (sdique@cta.org.mz, upcr@cta.org.mz)	Promover maior produtividade agrícola	Em curso a análise do estudo existente sobre a matéria pelo MADR, estando prevista a apresentação das conclusão ainda no presente semestre.
6	Rever a Lei de Terras (rmondlane@cta.org.mz, sdique@cta.org.mz, upcr@cta.org.mz)	Aumentar a acessibilidade da terra e fortalecer a segurança na posse de terra	Em curso a organização do processo de auscultação do Sector Privado sobre a Revisão da Política Nacional de Terras em conjunto com a Comissão Nacional da Revisão da Política de Terras (CNRPT).
7	Rever a Lei da electricidade, Decreto n.º 48/2007, de 22 de Outubro (sdique@cta.org.mz, upcr@cta.org.mz)	Reduzir os custos para operadores e consumidores, garantir a eficiência e sustentabilidade no fornecimento de energia eléctrica.	Em curso o alinhamento da proposta com as demais leis nacionais. A CTA aguarda a proposta de Revisao da Lei para auscultação e emissão do parecer do Sector Privado
8	Rever a Lei de Trabalho (cpinto@cta.org.mz, upcr@cta.org.mz)	Adequar a Lei de Trabalho a actualidade	Em curso a harmonização das propostas dos parceiros sociais, ao nível do Ministerio do Trabalho e Segurança Social (MITESS)

9	Elaborar a Lei do Conteúdo Nacional (ssamuge@cta.org.mz, upcr@cta.org.mz)	Adoptar um instrumento legal que visa proteger a ligação dos grandes projectos a economia nacional e particular as pequenas e médias empresas nacionais	Ainda não atingiu consenso entre o Governo e o Sector privado sobre o conteúdo da Lei. Solicitado por carta ao Ministério da Economia e Finanças, o ponto de situação do processo para aprovação da Lei de Conteúdo Nacional.
10	Regulamentar as Inspeções de actividades económicas (rmondlane@cta.org.mz, jngale@cta.org.mz, upcr@cta.org.mz)	Aprovar um diploma que harmoniza as acções inspectivas dos Agentes económicos	Foi criado um subgrupo com INAE que vai trabalhar junto ao sector privado com objectivo de tornar o INAE uma autoridade reguladora para que as inspeções de actividades económicas sejam efectuadas apenas por esta autoridade.
		Introduzir Inspeções Educativas	Esta reforma será integrada no diploma anterior.
11	Elaborar a Proposta da Lei Portuária (hcambula@cta.org.mz, upcr@cta.org.mz)	Harmonizar serviços portuários e facilitar as actividades portuárias	Elaborada a proposta do Anteprojecto da Lei Portuária; realizados encontros de harmonização nas três regiões do País.
		Dinamizar sector privado que opera ou quer operar no sector, portuário.	Em processo da incorporação das contribuições resultantes da segunda harmonização sectorial. Partilhados com o Pelouro do Transporte os comentários do SPEED+ sobre a Lei Portuária. Realizado um webinar de auscultacao do Sector Privado
		Garantir a competitividade dos portos nacionais	
12	Elaborar a Política e Estratégia Comercial (PEC) (rmondlane@cta.org.mz, jngale@cta.org.mz, upcr@cta.org.mz)	Adoptar um instrumento de política e estratégia para a actividade comercial	Em processo a incorporação das contribuições resultantes da Harmonização sectorial.
13	Rever o Regulamento do Exercício da Actividade de Empreiteiros e de Consultor de Construção Civil (hcambula@cta.org.mz, upcr@cta.org.mz)	Adequar o Regulamento de forma a responder ao mercado, enquadrando os sub-empresários conforme a sua especialidade e dimensão	Finalizada a revisão do texto pela equipa técnica CLECCC/FME e submetida versão do texto à CLECCC para as etapas subsequentes.
14	Aprovar o decreto que introduz o Visto Online (E-Visa) para fins do Turismo (jngale@cta.org.mz, upcr@cta.org.mz)	Aumentar a atracção de turistas	O MTA, MINT e MICULTUR rubricaram um memorando de entendimento, com uma duração de 4 anos, visando estabelecer mecanismos de cooperação e coordenação interministerial no desenvolvimento e testagem de um sistema piloto de vistos electrónicos (eVisa), em Moçambique
15	Elaborar o Regulamento de Praias (jngale@cta.org.mz, upcr@cta.org.mz)	Garantir a existência de modelo padrão para gestão do uso de praias em Moçambique. Indicação de uma entidade que zele pela utilização da zona costeira e assim como a necessidade de actualização das taxas sobre o uso das praias	Em constituição o grupo de Trabalho que inclui o Sector Privado para Elaboração do Regulamento de Praias
16	Rever a lei de investimento e os respectivos instrumentos operacionais, nomeadamente o código dos benefícios fiscais e incentivos (rmondlane@cta.org.mz, jngale@cta.org.mz, upcr@cta.org.mz)	Adequar a Lei de Investimentos a actualidade	Foi constituído um grupo de trabalho que irá trabalhar na revisão da Lei de Investimentos e o respectivo regulamento. Em curso a fase preparatória de discussão e levantamento de elementos que constam do ante-projecto da Lei.
17	Rever a Lei das PPP (upcr@cta.org.mz)	Adequar a Lei para responder às exigências do desenvolvimento económico actual, bem como, para as necessidades específicas dos sectores abrangidos e às expectativas dos investidores, na busca do contributo para o aumento da produtividade, crescimento económico, estabilidade e melhoria do ambiente de negócios no geral.	Feito o debate e enviadas contribuições para o Ministerio das Financas em 2019, em torno da necessidade de proceder a revisão da mesma ou a sua revogação. Aguarda-se pelo documento harmonizado
18	Aprovar um decreto para emissão de licenças e alvarás por tempo indeterminado para os provedores de saúde privada. (rmondlane@cta.org.mz, jngale@cta.org.mz, upcr@cta.org.mz)	Alargar o prazo dos alvarás concedidos aos provedores de saúde passando de licenças anuais para indeterminado a semelhança dos outros operadores privados no sector de Saúde.	Enviada a carta ao MISAU a solicitar a extensão do tempo nas licenças e alvarás dos provedores de saúde privada

DIVISAS			
PAÍS	MOEDAS	COMPRA	VENDA
África do Sul	ZAR	4.44	4.52
EUA	USD	62.9	64.16
Suécia	SEK	7.38	7.52
Noruega	NOK	7.37	7.51
Namíbia	NAD	4.44	4.52
Japão	JPY	0.57	0.58
Inglaterra	GBP	87.39	89.13
União Europeia	EUR	74.78	76.27
Dinamarca	DKK	10.06	10.26
China	CNY	9.74	9.92
Suiça	CHF	68.34	69.7
Canadá	CAD	51.09	52.11
Austrália	AUD	47.75	48.7

Fonte: Banco Comercial e de Investimentos - BCI

CÂMBIOS/ EXCHANGE			
PAÍS	MOEDAS	COMPRA	VENDA
África do Sul	ZAR	4.44	4.52
EUA	USD	62.9	64.16
União Europeia	EUR	74.78	76.27

Fonte: Banco Comercial e de Investimentos - BCI

OBRIGAÇÕES FISCAIS MENSAS – JULHO DE 2021			
DATA	IMPOSTO	DESCRIÇÃO	BASE LEGAL
ATÉ DIA 10	SS	Entregar as contribuições para a segurança social dos trabalhadores por conta de outrem	Artº12º, do Decreto Nº51/2017, de 09 de Outubro.
ATÉ DIA 20	Imposto de Selo	Efectuar a entrega do imposto devido pela emissão de letras e livranças, pela utilização de créditos em operações financeiras e pelas apólices de seguros, cuja obrigação tributária se tenha constituído no mês anterior.	Artº16º, nº1 do Decreto nº6/ 2004
ATÉ DIA 20	IRPS	Entregar as importâncias relativas as deduções por retenção na fonte de rendimentos da 1a, 2a, 3a, 4a e 5a categorias e as importâncias retidas por aplicação de taxas liberatórias.	Artº65º C IRPS
ATÉ DIA 20	IRPC	Entregar as importâncias relativas as deduções por retenção na fonte.	Nº5, Artº67 do CIRPC
ATÉ DIA 20	Imposto Específico sobre a Produção de Petróleo	Entregar o imposto devido pela produção do petróleo referente ao mês anterior.	Artº10 do Decreto nº4/2008
ATÉ DIA 20	Imposto sobre a Produção Mineira	Entregar o imposto devido pela extracção do produto referente ao mês anterior.	Artº10 do Decreto nº5/2008
ATÉ ÚLTIMO DIA DO MÊS	IVA	Regime Normal Enviar a Repartição de Finanças competente a declaração periódica referente ao mês anterior. Acompanhada do respectivo meio de pagamento. Os contribuintes que não tenham realizado qualquer operação tributável estão igualmente obrigados a entregar a declaração periódica. Actos Isolados Os sujeitos passivos que pratiquem uma só operação tributável de modo independente deverão apresentar a declaração respectiva (Modelo E).	Artº25º, al. c), nº1, Artº32º do CIVA Artº 33 do CIVA

Acesse nossas redes sociais



Pela Melhoria do Ambiente de Negócios!

Cartão Bio

FAZ PAGAMENTOS DE FORMA AMIGA DO AMBIENTE



**Adere
e Ganha**

Ao usares o Cartão Bio estás a ajudar a preservar a biodiversidade de Moçambique com contribuições automáticas, sem nenhum custo adicional para ti e ainda te habilitas a ganhar vários prémios.

Quanto mais usares o teu Cartão BIO em ATM ou POS mais hipóteses tens de ganhar uma visita guiada a um paraíso natural daqui.

Sabe mais na tua Agência ou fala daki +258 82 092 1224 / 84 092 1224 87 092 1224 ou consulta-nos em www.bci.co.mz.



Fundação para a Conservação da Biodiversidade

fb.com/bciomeubanco

BCI
É daqui.

Save the Date

ECONOMIC BRIEFING

DESEMPENHO EMPRESARIAL DO 2º TRIMESTRE 2021 E PERSPECTIVAS



Caro Empresário,

Conheça o real desempenho das empresas nacionais, no *Economic Briefing*, onde a CTA apresentará a **IV Edição do Índice de Robustez Empresarial referente ao 2º Trimestre de 2021**, um documento de monitoria sobre as tendências da actividade empresarial em Moçambique.



29 JULHO DE 2021
09H30 - 12H00

Inscrição**Virtual**Assista em directo
através da plataforma

@CTA



<https://us02web.zoom.us/meeting/register/tZEldOqtpz4qGNJdSkEXd3-eooniUEkmTHDL>

PARCEIROS

Para mais informações:

+258 21 321 002

+258 823 191 300



Convite: Webinar

A Eastern Cape Development Corporation (Corporação de Desenvolvimento do Cabo Oriental), em colaboração com a USAID Southern Africa Trade and Investment Hub (USAID TradeHub), convida-o/a participar no:

Workshop Virtual sobre Requisitos de Entrada no Mercado dos E.U.A. e Comércio Electrónico



Esta é uma sessão de informação que visa equipar as empresas do Cabo Oriental com as ferramentas e informações necessárias antes de entrarem no mercado dos EUA e durante as negociações com potenciais parceiros comerciais dos EUA.

14

de JULHO de 2021
(Quarta-feira)

A sessão irá abordar os seguintes temas:

- Visão Geral e Apoio no âmbito da AGOA
- U.S. Food & Drug Administration – visão geral e orientação passo a passo.
- Lei de Modernização da Segurança Alimentar
- e-Commerce e Listagem na Amazon
- Experiências, sucesso e desafios

Hora:

15h00 (SAT) 09h00 (EST)
em Zoom

RSVP:

Queira confirmar até
9 de Julho de 2021 a
llubengu@ecdc.co.za

[Clique aqui para
o link do webinar](#)



EDIÇÃO ONLINE



1ª CONFERÊNCIA

SOBRE SAÚDE EM MOÇAMBIQUE

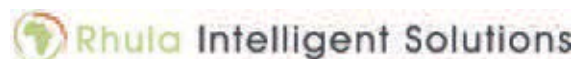
21 e 22 de Julho de 2021

Reunir os vários actores e partes interessadas na Indústria de Saúde em Moçambique para discutir e fazer uma reflexão dos últimos desenvolvimentos, estratégias, desafios e oportunidades enfrentados por esta indústria complexa.

Features:

- | | |
|---|---|
| 2 Dias de conferência online | Encontros privados (1 on 1) |
| Mais de 10 Sessões | Acesso aos perfis dos participantes e ligações on-line |
| Plataforma de webinar Multifuncional | Possibilidade de assistir às sessões gravadas a posterior |
| Stands virtuais para patrocinadores e expositores | Duas linguas: Português e Inglês |
| Mais de 20 oradores | |

Apoiado por:

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA SAÚDE

Organizado por:



enquiry@africaninfex.com | +27 (0) 81 777 0028 (SA) | +248 84 876 2702 (Moz) | www.africaninfex.com



SOLIDARIEDADE EMPRESARIAL JUNTOS COM CABO DELGADO

CARO EMPRESÁRIO,

Para minimizar o sofrimento dos nossos concidadãos, criado pela situação de desestabilização que se vive em Cabo Delgado, a CTA e seus parceiros levam a cabo uma campanha de solidariedade para apoio às vítimas.

As contribuições poderão ser canalizadas para CTA-SEDE e para as Delegações Empresariais Provinciais (DEP's), estando, igualmente, disponíveis as seguintes contas bancárias:



A sua contribuição faz diferença!

CONTAS BANCÁRIAS

Banco: BCI

Titular: CTA – Solidariedade Empresarial
Nº Conta: 177329290.10.001 MZN

Banco: BIM

Titular: CTA – Solidariedade Empresarial
Nº Conta: 401383382 MZN
NIB: 000100000040138338257

Banco: MOZA

Titular: CTA – Solidariedade Empresarial
Nº Conta: 1348738110001 MZN
NIB: 003400001348738110170

Análise de Mercado

uiaae@cta.org.mz

“Variante Delta estremece os mercados”

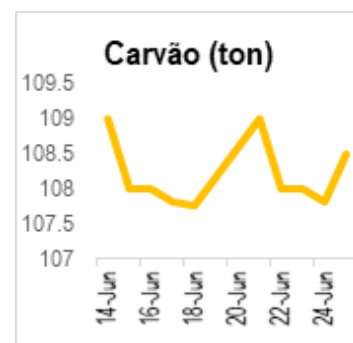
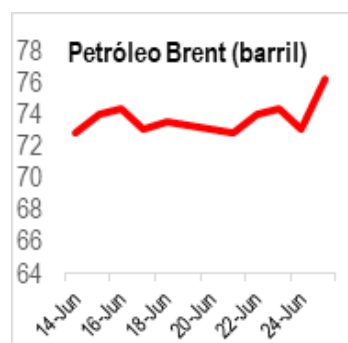
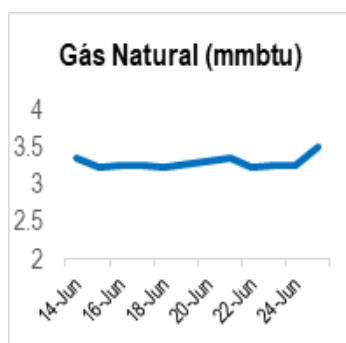
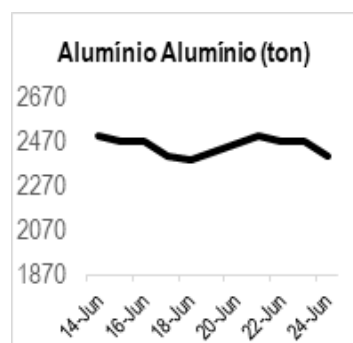
CONTEXTO INTERNACIONAL

A nível internacional, os mercados financeiros foram influenciados pelos seguintes eventos: (i) optimismo com a publicação de dados sobre a criação de emprego nos EUA que ultrapassaram as expectativas

aumento de contágio com a variante Delta de COVID-19, principalmente no continente africano. Numa semana com flutuações características, as principais praças bolsistas no geral tiveram um desempenho positivo.

Mmbtu influenciado pela maior procura devido a onda de calor que se fez sentir em algumas regiões do EUA e Canada. Por seu turno a cotação do Alumínio atingiu uma média 2.527,8 USD/Ton e a cotação do Carvão mineral

específica, a cotação do Milho e Soja continuam a se beneficiar do aumento da procura nos EUA e China para o fabrico de biocombustíveis e ração. A cotação do Trigo num contexto de uma demanda sustentada, continua

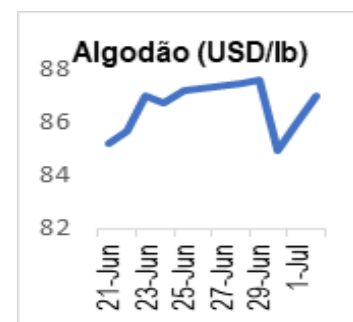
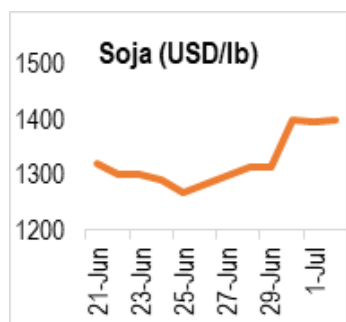
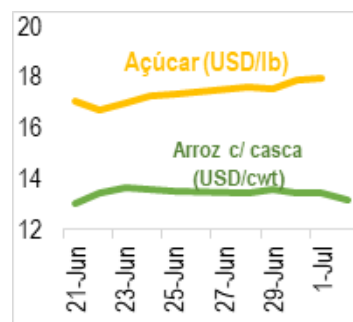


dos analistas o que revela aceleração da recuperação do mercado laboral (ii) O Banco Central Europeu sinalizou que não tem intenção de remover os estímulos à economia da zona Euro num futuro próximo, diferentemente da Federal Reserve dos EUA que já manifestou intenção de iniciar a preparação da retirada gradual de estímulos à economia norte-americana; (iii) incerteza sobre a recuperação económica devido ao

Os preços das commodities energéticas e metais apresentaram um desempenho positivo na semana em apreço. De forma específica, o Barril de Petróleo atingiu uma média de USD 75,33 ou seja, não registou alteração da sua cotação face a semana transata, influenciado pela indefinição da política de produção da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e seus aliados. A cotação do Gás natural fixou-se em 3,65 USD/

ascendeu para média de 118,8 USD/Ton impulsionada pelo aumento da demanda principalmente da China e Índia, no âmbito da recuperação económica em curso, a par de dificuldade de suprimento na China. Os preços dos produtos agrícolas conheceram uma evolução positiva nesta semana, influenciados pelos dados publicado pelo Ministério da Agricultura dos EUA e condições climáticas adversas. De forma

a ser determinada pelo aumento da oferta a nível mundial decorrente do aumento da produção a nível mundial. O Açúcar foi influenciado pelos receios decorrentes de problemas de produção da cana-de-açúcar no Brasil, maior produtor mundial, devido ocorrência de geadas nas principais regiões produtoras.





CONTEXTO NACIONAL

A nível doméstico, nesta semana não há registo de alterações nas taxas de juro de referência do mercado. No que tange as janelas de operações, dados desta semana indicam um aumento do volume transações acumuladas na janela de Permuta de Liquidez entre as instituições de financeira de 2.028 milhões de Mt para 3.828 milhões nesta semana. Em relação ao volume de operações à taxa Facilidade Permanente de Depósito (FPD) constata-se também um aumento para uma média de 10.207,64 milhões de Mt relativamente ao montante de 5.187,34 milhões de Mt da semana passada. Na Janela de Cedência (FPC), não ocorreu nenhuma intervenção do Banco de Moçambique. No que diz respeito ao mercado cambial, o Metical, na presente semana, ainda que a um ritmo mais lento, prosseguiu com a tendência de depreciação

que vem evidenciando nas últimas semanas face ao Dólar Americano e ao Euro. Em relação ao Rand a moeda nacional tem oscilado entre apreciação e depreciação. Todavia, nesta semana continuou a influenciar a evolução do mercado, a medida decretada pelo Banco de Moçambique de interditar o Standard Bank de participar de todas as transações do Mercado Cambial Interbancário. Na análise comparada entre os quatro maiores bancos intervenientes do Mercado Cambial Interbancário, nesta semana como tem sido habitual não há divergências assinaláveis nas cotações praticadas no mercado. No entanto, o ABSA apresentou as cotações mais favoráveis para o Rand e Dólar americano, tendo por sua vez o BCI sido para o Euro. Do lado oposto, o Millennium BIM teve as cotações mais altas para todas divisas de referência.

TAXAS DE JURO	SEMANA PASSADA		ESTA SEMANA
Bilhetes do Tesouro (Médio)	12.23%	▲	12.24%
Taxa de Juro de política monetário MIMO	13.25%	▶	13.25%
Prime Rate	18.90%	▶	18.90%

Por Samo Dique e Roque Magaia

TAXA DE CÂMBIO MÉDIA				
Moeda	Banco Comerciais		Banco de Moçambique	
	Semana passada	Esta semana	Semana passada	Esta semana
Euro	75.55	75.19	75.55	75.19
USD	62.72	63.14	62.72	63.14
ZAR	4.53	4.43	4.53	4.43

QUATRO MAIORES BANCOS				
Moeda	Banco com Câmbio Mais Alto		Banco com Câmbio Mais Baixo	
Euro	75.31	BIM	75.09	Standard Bank
USD	63.19	BIM	63.11	Standard Bank
ZAR	4.44	Standard Bank	4.42	ABSA



Financiamento ao Conteúdo Local

O MELHOR PARCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO LOCAL É **DAQUI.**

